

## Degração Audiência Pública RIVI VERDE VEREDAS

Empreendedor: Urbanismo Participações LTDA

Empresa responsável pelo estudo: Paranoá Consultoria

Legenda:

(mm:ss): Tempo da fala.

(...): Trechos ou palavras inaudíveis.

...: pausa.

(?): Palavra ou trecho sem compreensão.

*Expressão(?) dúvida no entendimento escrito*

Senhora Natália dos Anjos (02:22)

Olá pessoal, boa noite. Sejam todos bem-vindos a nossa audiência pública, nesta noite, dia 13 de agosto. Hoje nós vamos ter a apresentação do RIVI, que é o relatório de impacto de vizinhança do empreendimento que se chama VERDE VEREDAS. Ele fica localizado na margem da DF 140, Setor Tororó, Região Administrativa do Jardim Botânico. Hoje nós faremos a nossa audiência aqui. E vamos dar aqui continuidade com a apresentação da empresa Paranoá, é isso? Paranoá Consulte e a Ayla vai ser a pessoa que vai nos apresentar aqui nos estudos ambientais. O nosso embasamento legal está na Lei Distrital 5081 de 2013, na Resolução CONAMA número 9 de 87 e na Instrução Normativa número 11 de 2024 do Brasília Ambiental. O processo de licenciamento que está hoje em curso é o processo 39100002892/2023-95. O empreendimento é o VERDE VEREDAS no endereço que a gente já disse, na DF 140, o licenciamento que está ocorrendo neste momento é o licenciamento prévio, licença prévia e o empreendedor interessado nesse caso é Verde Urbanismo Participações Limitada. E a empresa responsável, como eu falei, a Paranoá consultoria. A audiência ela foi publicada devidamente, conforme o artigo quinto da Lei 5081 e também de acordo com as redes sociais, o nosso regramento também da Instrução Normativa número 11 de 2024. O objetivo dessa audiência é colher sugestões, contribuições para o aprimoramento do processo de licenciamento, nos termos da Resolução CONAMA número 9 de 87 e a própria lei 5081. Então, só para relembrar todos em relação ao trâmite, como que funciona o licenciamento do parcelamento do solo? É um procedimento de licenciamento trifásico e nós estamos hoje na primeira etapa que a licença prévia, a licença prévia de atesta a viabilidade, a licença de instalação permite acontecimento das obras e a licença de operação funcionamento e a entrega no caso do empreendimento. A audiência pública, ela não é um fórum de decisão ainda, então tem outras etapas ainda do licenciamento que precisam ser cumpridas, para que esse possível ser atendido todos os regramentos o empreendimento receba sua licença prévia. Essa audiência ela está sendo transmitida no nosso canal do Brasília Ambiental no YouTube. Vai ficar salva também para assistirmos posteriormente, mas aqueles que têm dificuldade de acessar a internet neste momento poderão ir até o seguinte endereço onde está sendo a Transmissão nesse momento é a Igreja Presbiteriana Manancial, no KM 4,5 da DF 140, chácara 4, bem próximo, onde vai ser ali o empreendimento. Então, para contribuições, a gente tem um número de WhatsApp que é o (61) 99248 9698 e as contribuições podem ser feitas em formato de texto ou áudio. Também temos um e-mail que é licenciamento.ibram@gmail.com. Temos um formulário no site do Brasília Ambiental, onde pode ser feito o preenchimento com detalhes que nós veremos, enfim, toda a contribuição de forma completa. Para aqueles que querem fazer o uso da palavra, podem entrar na reunião nessa sala aqui onde nós estamos, nessa sala virtual, no link que está aqui na descrição desse vídeo, tá bom? Aqui da transmissão. Vocês também podem encaminhar arquivos anexos, enfim, quaisquer materiais para auxiliar na contribuição e na leitura das participações aqui para a mesa, está bom? O chat ele vai ficar aberto para troca de comunicação entre os participantes. E a gente pede para todos aqueles, independente do meio que utilize para fazer a sua participação, que se identifique, coloque seu nome de preferência com o sobrenome, de onde esteja e se participa, representa alguma entidade. Para aqueles que forem fazer o uso da palavra aqui na sala virtual, o tempo estipulado de falas com 3 minutos, mas se a pessoa representa alguma entidade, esse tempo regimentalmente, ele

está definido como até 5 minutos. Tudo bem? As mensagens que não foram identificadas, pessoal, nós informamos que não faremos a leitura, tá? Então, a gente reforça a necessidade de vocês colocarem, identificarem, o seu nome e sobrenome. As contribuições nós recebemos aqui, estamos apresentando um estudo ambiental, então elas devem ser endereçadas para os temas que foram abordados aqui sobre meio ambiente. Tá, pessoal? E aí a gente pede que todas elas sejam feitas de forma muito clara de bastante até assertiva em relação ao que se pretende perguntar, e qual é o seu objetivo e qual é a sua dúvida, para que não haja nenhum equívoco aqui pela mesa na hora da condução dos momentos de fala aqui de participação. A as perguntas, elas serão lidas é conforme a ordem de chegada, mas a gente pode fazer uma redistribuição de acordo com os temas, para que fique mais organizado que a condução dos trabalhos aqui na mesa, tá bom? E se não tivermos tempo hábil para fazer, para responder a todas as perguntas, nós faremos o registro de todas elas e encaminhar encaminharemos as respostas para os respectivos participantes através do canal que foi utilizado, seja ele o e-mail ou mesmo no WhatsApp. Independente, de ter participado ou não da transmissão qualquer cidadão poderá, no prazo de até 10 dias, encaminhar suas contribuições, questionamentos, através do e-mail SULAM, M de Maria, [sulam@ibram.df.gov.br](mailto:sulam@ibram.df.gov.br) ou [licenciamento.ibram@gmail.com](mailto:licenciamento.ibram@gmail.com). Elas serão posteriormente respondidas e incluídas na ata completa, que será publicada em até 30 dias, a contar da data de hoje. E mais informações sobre o regulamento, eles estão disponíveis no nosso site, no site do Brasília Ambiental, [ibram.df.gov.br](http://ibram.df.gov.br). A audiência pública, ela tem uma duração máxima, aí prevista de 3 horas, já incluído o tempo para prorrogar, enfim, a participação. Todo esse tempo já previsto, que nesse caso seriam às 22:00. Então, nós temos 4 momentos aqui, o primeiro momento que essa abertura, onde nós estamos lendo o regramento todo e toda forma de participação. O segundo momento, a exposição técnica, que Ayla fará aqui logo mais. Esse tempo, regimentalmente ele é estabelecido é um tempo de 30 minutos, podendo ser estendido até mais 15 minutos no total de 45. Depois teremos um intervalo breve, de 15 minutos para organização aqui interna das manifestações que porventura chegarem. No terceiro momento nós teremos a apresentação, dessas contribuições, perguntas, enfim, dos participantes, que vão ser endereçados, seja nós aqui do Brasília Ambiental, seja a própria empresa, que hoje a consultora Paranoá. E, por fim, o encerramento. Então, o coordenador do estudo, só para deixar aqui registrado. O coordenador do estudo é o senhor, é Marcelo Pedrosa Pinelli. E eu vou passar então a palavra para Ayla. Ela é analista e representante da empresa Paranoá Consultoria. Ela vai ser responsável pela apresentação das informações de toda a parte ambiental desse projeto. E eu desejo a todos uma excelente audiência, que nós possamos aqui sair com todas as dúvidas aqui esclarecidas. Uma boa apresentação para você, Ayla, e a gente já volta aqui mais tarde com a parte de contribuições e perguntas, tá bom?

Senhora Ayla (12:09)

Boa noite a todos. Meu nome é Ayla e nós vamos dar início agora a apresentação do relatório de impacto de vizinhança do parcelamento de solo VERDE VEREDAS. O empreendedor é a Verde Urbanismo Participações, empresa lá de Uberlândia, e a empresa contratada é a Paraná Consultoria e Planejamento Ambiental e o responsável técnico é o geólogo Marcelo Pineli. Quanto a localização da área do empreendimento. O parcelamento de solo VERDE VEREDAS ele está localizado na Região Administrativa do Jardim Botânico, tem uma área total de 59,81 ha e está localizado na unidade hidrográfica do Ribeirão Santana. O acesso a esse empreendimento ele é feito pela DF 140 e ele está localizado aqui próximo ao limite do Distrito Federal com Goiás, nas proximidades do Jardim ABC. Em relação ao PDOT o empreendimento, ele está localizado na zona urbana e de expansão e qualificação. Essa zona ela tem densidades habitacionais variadas. E as diretrizes para urbanização dessa área elas foram feitas a partir da DIUR 07 de 2018 para a região SUL/sudoeste, DF 140. O empreendimento ele também está sobreposto a APA do Planalto Central, que é uma unidade de conservação. Dentro da APA do Planalto Central ele se encontra na zona de uso sustentável, na ZUS. Plano de manejo dessa APA, ele traz uma diretriz que é exigido uma impermeabilização máxima de 50% da área total da gleba parcelável. Isso significa que 50% pode ser impermeabilizado e os outros 50% eles têm que deixar, tem que ser mantidas áreas permeáveis. Ainda tratando do tema de unidades de conservação, o parcelamento ele está inserido em uma área que no raio de 3 km, nesse raio de 3 km a gente encontra o Parque Distrital Salto do Tororó. Então, nessas proximidades do empreendimento ele não se sobrepõem, como nenhuma outra unidade de conservação, além da APA do Planalto Central e a nenhum parque ecológico. A área também, ela não interfere com nenhuma área de proteção de manancial. Quanto aos corredores ecológicos do ZEE o empreendimento aqui ele está inserido dentro da Zona Sagui e Zona Sussuarana.

Zona sagui é uma área onde você ainda tem, não é uma área ainda urbanizada, mas que ainda possui remanescentes de cerrado, mas boa parte já possui um grau de antropização. Já a Zona Suçuarana aqui em verde mais escuro, é uma área que mantém remanescentes nativos do cerrado. E quanto aos ao conector ambiental do PDOT, o empreendimento ele está próximo aqui do Conector Ambiental Santana daí isso tem importância de preservação dessas áreas aqui limítrofes ao Ribeirão Santana. Foi feita análise considerando o zoneamento ecológico, econômico e a sua matriz de risco. O zoneamento ZEE que é um instrumento de planejamento e gestão do território. Então, para a definição dessas matrizes de risco inicialmente é feita a identificação das fragilidades ambientais da área, solo, vegetação. Depois, é elaborados mapas de risco e a elaboração do projeto urbanístico e a definição das medidas de controle ambiental, elas têm que considerar esses riscos ecológicos. E dentro dos riscos da identificados no ZEE para área do empreendimento, a gente identificou um risco muito alto de perda de remanescentes de cerrado e também um risco alto para contaminação do subsolo. E dentro do projeto urbanístico e das medidas de controle que foram adotadas, nós temos que a urbanização nela se encontrará nas áreas mais que já estão mais alteradas e o sistema de esgotamento sanitário ele será feito por fossa séptica e sumidouro, com posterior interligação com a rede da CAESB. Aqui é um resumo do projeto urbanístico. Ele foi feito a partir da DIUPE, que é a Diretriz Específica número 12 de 2023, e esse projeto ele também essa concepção do projeto também já foi aprovado pela SEDUH por meio deste Parecer Técnico. O empreendimento ele tem uma área de 59 ha com uma área parcelável de 56,14 há. Para essa região a densidade é de 50 habitantes por hectare, o que dá um total de uma população máxima permitida de 2807 pessoas. Essa população ela está prevista para ser alocada nesses 7 lotes em cinza, que são lotes residenciais, e nesses lotes residenciais é possível ser implantadas até 851 unidades habitacionais. Além de lotes residenciais, estão previstos lotes de uso misto e lotes institucionais e áreas verdes. Nessa tabela aqui nós temos, não é um quadro resumo da das tipologias dos lotes. Então, nós temos aqui uma área de parcelamento de 56 ha, dessa área 35 ha é para destinação do parcelamento de lotes e 20 ha são destinados para áreas públicas. Em relação com a permeabilidade, é importante a gente frisar, que todos os percentuais mínimos aqui foram atendidos para cada tipologia de lote, e isso resulta que atende o percentual de 50%, que é exigido para a zonas de uso sustentável da APA do Planalto Central. Vamos agora para o diagnóstico ambiental. Quanto a geologia, a área, ela se encontra com a formação geológica, do grupo de metarritmitos argiloso, do grupo Bambuí, e não há afloramentos de rochas, na área do parcelamento. Quanto a pedologia, que é o estudo dos solos na área do empreendimento, a gente encontra 3 classes, que são os gleissolos háplicos em azul, o latossolo vermelho/amarelo aqui nesse tom mais claro, e o latossolo vermelho. São solos que são geralmente associados áreas de topografia plana a suave ondulado e com capacidade de moderada a alta de infiltração da água. Então, os latossolos possuem uma capacidade maior de infiltração da água e os gleissolos uma capacidade mais moderada. São solos de ocorrência típica do Distrito Federal. E aqui a gente nessas imagens, aqui a esquerda, a gente tem a ilustração de um latossolo vermelho e de um gleissolo háplico nesse tom mais cinza que possui geralmente encontrados em áreas úmidas. Quanto a geomorfologia, não é que a caracterização do relevo foi feita a classificação, está numa área de compartimento de vale dissecado conforme a classificação de Martins e Batista. O relevo é plano a suave ondulado com declividade que predomina entre 8 e 20%. Aqui nessa porção mais à direita da gleba, a gente observa que tem umas áreas mais inclinadas, mas são devidos a atividades antrópicas, alguns taludes que foram construídos, mas que isso não inviabiliza a ocupação dessas áreas por ser atividades antrópicas, não ser de ocorrência natural essas áreas mais íngremes. Foi tá feito também um estudo de susceptibilidade a erosão que é uma importante, um aspecto importante de ser avaliado e para esse estudo foi analisado a tipologia de solo e a classe da declividade e a partir da junção dessas informações foi gerado um mapa que identificou que a área é pouco e não suscetível erosão. Então, o risco de erosão nessas áreas, por não ser íngreme e por ser a área maior parte ocupada por latossolos, é baixo risco de erosão. Quanto aos recursos hídricos, o empreendimento está localizado na bacia do Rio São Bartolomeu, que se encontra na unidade hidrográfica do Ribeirão Santana e na microbacia do Córrego Jataí. Então, aqui a gente tem um empreendimento e nas suas proximidades nós temos o córrego Jataí e que segue para o Ribeirão Santana. Quanto ao solo da propriedade atual, a gente tem aqui um verde mais claro, a tipologia de árvores isoladas associadas com pastagem. Então, a maior parte da gleba, ela já está antropizada. E aqui a gente tem um remanescente de mata de Galeria do Ribeirão Santana, uma porção de cerradão. E aqui uns pequenos remanescentes, pequenos fragmentos de campo sujo. Aqui a gente tem uma ilustração dessa área de árvores isoladas ao fundo com vegetação de cerrado mais densa. Aqui a ilustração de cada uma dessas tipologias que a gente identificou, a área com árvores isoladas com pastagens, cerradão, mata de

Galeria e campo sujo. Neste primeiro levantamento que foi executado, foi identificadas 2 espécies que são protegidas que é a copaíba e o ipê. Futuramente, nessa será realizado o inventário florestal, que fará a caracterização detalhada de cada indivíduo arbóreo no local, mas a gente já conseguiu identificar que a ocupação ela vai se concentrar nas áreas mais antropizadas que ocupa cerca de 90% aqui da gleba. Foi realizado também um estudo de fauna com um diagnóstico de dados primários. Esse estudo abrangeu os grupos de répteis, anfíbios, aves, mamíferos e invertebrados da do grupo de entomofauna. Foram realizadas 2 campanhas, uma na seca e uma na estação chuvosa. Num estudo do grupo dos anfíbios e répteis, foram registradas 15 espécies, sendo dessas 10 anfíbios, 2 serpentes e 3 lagartos. Ao todo foram encontrados 109 indivíduos. Que desses indivíduos a gente tem o sapo, rã, bigode, rã, cachorro fantasma, rã 4 olhos e de répteis, calango, falsa coral e corre campo. Não foi registrada a ocorrência de espécies em extinção ou endêmicas. E aqui a gente tem registros fotográficos que foram feitos durante esse diagnóstico. Para o grupo das aves foi feito o levantamento de 118 espécies, que ao todo corresponderam à 2.848 indivíduos. A espécie mais abundante foi o Periquito de encontro amarelo e desse levantamento, 2 espécies estão ameaçadas de extinção que é o papagaio galego e a papa moscas grande. E não foram identificadas espécies endêmicas do cerrado nessa área. Do grupo dos mamíferos foram encontradas 3 espécies, correspondendo a 52 indivíduos. Foram identificadas espécies como um morcego vampiro, macaco prego, saruê, tamanduá mirim e o rato do mato. A espécie mais abundante foi o sagui de tufo preto, com 18 registros. Foi encontrada uma espécie ameaçada de extinção, que é o rato candango, e uma espécie endêmica, que é o coelho tapiti. E do grupo dos invertebrados foram estudadas 2 classes, que são os dípteros vetores que são insetos como muriçoca, pernilongos, que ao todo corresponder a 28 espécies em 340 indivíduos. E dos invertebrados do grupo lepidóptera, que são as borboletas frugívoras, que são indicadores de qualidade ambiental. Que ao todo, foram encontradas 20 espécies em 125 indivíduos. No grupo dos tipos dípteros vetores são estudados por conta da sua importância médico sanitária, por serem é insetos transmissores de doenças. Então, a gente destacou, aqui é esse culex, que foi encontrado numa área de mata de galeria, não na área que será ocupada e ali é vetor da elefantíase. E essa outra espécie aqui, a lutzomyia, que também foi encontrada numa área de influência próxima ao empreendimento de cerradão, ele é vetor de leishmaniose. Foi encontrada uma espécie ameaçada de extinção, a borboleta ribeirinha. Ela não foi identificada neste levantamento específico, mas por ter sido encontrada numa área muito próxima em um diagnóstico anterior, ela foi destacada neste estudo para futuros monitoramentos. E também foram encontradas essas 2 espécies endêmicas de borboletas. Esse diagnóstico de fauna, ele já foi aprovado pela equipe técnica do IBRAM e juntamente neste parecer técnico, foram emitidas condicionantes de monitoramento futuro para essa área. Vamos agora para o tópico da socioeconomia. O empreendimento está localizado atualmente na região do Jardim Botânico. Até 2019, ele fazia parte da Região Administrativa de Santa Maria, mas por conta de um remanejamento dos limites das regiões administrativas, hoje ele pertence ao Jardim Botânico. O Jardim Botânico, possui uma população de 53.000 pessoas, 59,9% pertence ao gênero feminino, com uma idade média de 34,6 anos. Esses dados da socioeconomia foram extraídos da PDAD, feita pela CODEPLAN, com dados de 2021. Então, aqui a gente tem a pirâmide. Esta área para a população do Jardim Botânico. Com relação ao local de trabalho, 56,8% dos habitantes do Jardim Botânico, trabalham no Plano Piloto. Então, eles fazem esse deslocamento. E 21% é trabalham na região administrativa que eles residem. O rendimento domiciliar está aqui entre 5 a 10 salários mínimos e mais de 10 a 20 salários mínimos. Então, a gente tem 50% dos domicílios com nessa concentração de faixa de renda. Quanto aos meios de transporte até o trabalho, 80% da população Jardim Botânico uso automóvel e aproximadamente 13% se deslocar por ônibus. E a distribuição dos domicílios cerca disso 75,9% das casas elas estão localizadas em condomínio, 15% em apartamento e 8,9% em casas fora de condomínio. Então, este empreendimento ele está sendo desenvolvido de acordo com os padrões de distribuição de domicílio do Jardim Botânico. Quanto aos equipamentos públicos, pela área do parcelamento, está localizada em uma região que ainda apresenta características mais rurais, com uma vocação mais rural foi encontrado apenas um serviço público de educação aqui nessa região do Barreiros de uma escola pública. Então, nessa urbanização, empreendimento no seu projeto ele prevê áreas destinadas para usos institucionais, pelo poder público, que vai fomentar no futuro novos equipamentos públicos para essa região. Quanto ao transporte público foi feita a consulta a SEMOB, Secretaria de Mobilidade do Distrito Federal, e foi informado que existem linhas que podem absorver a demanda do empreendimento, de transporte público. A principal rodovia de acesso é DF140. E os principais destinos é de ponto de saída e chegada é do setor Barreiros até o Plano Piloto, Lago Sul e São Sebastião. São essas principais linhas de ônibus que circulam por este trecho. Também foi feito o levantamento arqueológico na área. Esse levantamento ele consistiu na

escavação de 62 poços testes na área do empreendimento. Essa malha aqui de poços que cada ponto desse foi vistoriado. E nesse levantamento foi apontado a existência do sítio arqueológico Morada Fazenda Barreiros 2. Porque foi identificado restos construtivos, não é de uma moradia antiga, que remonta a tempos pretéritos. E foi identificado restos que tem uma importância arqueológica próximo a essa região também já existe um sítio registrado no IPHAN que é o Morada Fazenda Barreiros. E a recomendação do estudo é que esses vestígios, esses bens históricos, eles sejam resgatados e encaminhados para um museu e que no desenvolvimento, na implantação do empreendimento, caso não sejam encontrados outros bens históricos, como lousas, utensílios, estes materiais também sejam resgatados e dada a devida destinação para que seja mantido nesse patrimônio histórico e cultural. Vamos agora para a etapa da infraestrutura prevista para este parcelamento. Vamos começar com o abastecimento de água. É, foi feita a minha casa, foi feita consulta a CAESB e foi respondido que ainda não tem capacidade para atendimento do empreendimento por meio do abastecimento de água pelo serviço público. Como alternativa vai ser feita? Está prevista a captação de água subterrânea por meio por meio de 7 poços tubulares. Para esses poços já foi requerida ADASA as outorgas prévias. E aí a demanda gerada pelo empreendimento é cerca de uma vazão máxima diária de 10,29 l por segundo. Quanto ao esgotamento sanitário, a CAESB ainda não tem capacidade para atender o parcelamento. Então, a alternativa será execução de sistema fossa com sumidouro mais a rede de esgoto ela já será implantada, atendendo os padrões da CAESB para um futuro atendimento. Quanto à drenagem pluvial, a captação será feita por boca de lobo e rede PAD e essa captação será encaminhada para um reservatório de retenção de qualidade e quantidade que seguirá por um dissipador até chegar o Ribeirão Santana. Também vai ser feita complementarmente a execução de trincheiras e jardins de chuva para que seja favorecida a infiltração da água pluvial e seja demandado, então, uma menor quantidade, né, uma menor, uma vazão menor seja direcionada para o curso d'água. Essa concepção de drenagem ela já teve anuência da NOVACAP por meio deste despacho. E a gente ainda tem as demandas de resíduos sólidos e energia. O SLU também já informou que há capacidade para atendimento dos resíduos, da coleta e destinação dos resíduos sólidos domiciliares, mas ressaltou que resíduos de serviço de saúde, entulhos de construção civil e coleta de grandes geradores, de grandes fontes comerciais ou industriais geradoras, elas são de responsabilidade do gerador. Quanto a energia, foi feita também consulta a CEB e a Neoenergia, que informou que há capacidade de atendimento, tanto do sistema interno quanto do sistema externo e as redes que existem no interior da gleba, elas serão remanejadas futuramente. Finalizando, o nosso diagnóstico ambiental e a caracterização da infraestrutura, nós vamos para o prognóstico. Os impactos ambientais que é essa etapa que a gente avalia a situação do empreendimento e os impactos previstos de acordo com a atividade que vai ser executada. Então, para identificar os impactos ambientais, nós classificamos 5 etapas, que é o de planejamento, que é a etapa que nós estamos agora. Depois, segue para a supressão da vegetação, terraplanagem, instalação da infraestrutura e, por fim, as obras civis e habitação. Os impactos ambientais a gente utilizou a metodologia do fluxo relacional de eventos ambientais, que a gente identifica a intervenção ambiental, depois caracteriza alteração ambiental e, por fim, define qual será o impacto ambiental previsto. Então, aqui nós temos esse fluxo com aqui no caso, a gente está na etapa do planejamento, com a intervenção do planejamento, das intervenções de infraestrutura, a gente tem como alteração ambiental, o levantamento de informações da área e a elaboração de projetos e levantamentos de campo. E os impactos que a gente identificou aqui, que são voltados para o meio socioeconômico, que é um aumento de do conhecimento científico da área de estudo, geração de expectativas, aumento da arrecadação tributária e valorização imobiliária. Na etapa dos impactos ambientais, da supressão da vegetação, a gente tem impactos mais do meio físico, e do meio biótico. Como a perda da biodiversidade de flora, risco de afugentamento, atropelamento da fauna e a ocorrência de processos erosivos, aumento dos níveis de ruído e a alteração da qualidade do ar. São esses impactos associados a essa etapa. Os impactos da etapa de terraplanagem, instalação de infraestrutura eles estão concentrados mais no meio físico e é nessa etapa que ocorre os impactos de maior magnitude, porque a gente tem movimentação de solo, operação de maquinários pesados. Então, que aí que são nessa etapa, que são executadas as ações de mitigação que a gente vai falar futuramente, mas aqui são os impactos que a gente identificou para essa etapa de terraplanagem, instalação da infraestrutura. E seguimos para... a gente também tem a etapa da mobilização e desmobilização do canteiro de obras, que tem riscos de contaminação solo, por proliferação de vetores causadores de doença e também uma de dinamização da economia. E na etapa que a gente já segue para a operação, que é de obras civis, a que a gente segue de obras civis, que a edificação das (?) e da habitação, que a gente tem impactos de todos os meios bióticos físicos, socioeconômico que a gente vai ter um

crescimento populacional ordenado, porque já vai estar ocupando uma área de toda regularizada, fomento de novas opções de moradia, mas a gente também tem impactos negativos, como a produção de resíduos sólidos e efluentes. A gente vai ter também impacto relacionados com uma maior impermeabilização da área e afugentamento e estresse de espécies de fauna. Então, todos esses impactos nós mapeamos para que sejam aplicadas medidas de mitigação e controle. Nesses próximos quadros aqui nós temos alguns exemplos de impacto, a fase que ele ocorre, às medidas de mitigação e o plano ou programa de controle ambiental que vai fazer o gerenciamento se essas medidas estão sendo executadas, se estão sendo bem executadas e se é preciso fazer alguma melhoria ou alteração. Então, por exemplo, é aqui, nesse impacto de elevação de níveis de ruído, ele vai ocorrer tanto na fase de supressão da vegetação, quanto de terraplanagem, instalação da infraestrutura. Então, é necessário o monitoramento sistemático dos níveis de ruído dos maquinários, que esses equipamentos eles sejam operados dentro das especificações técnicas e que também sejam adotadas as ações para preservar a saúde ocupacional dos trabalhadores. Então, todas essas ações, elas serão executadas dentro do plano de controle ambiental de obras. No meio biótico, por exemplo, é neste impacto aqui da biodiversidade e da flora, ele ocorre na etapa de supressão da vegetação, alguns impactos, não, a gente não tem como mitigar eles, como evitar eles. Então, para isso, entre os instrumentos da compensação florestal e da compensação ambiental. E como medida de mitigação para este caso é a compensação florestal e a manutenção de remanescente de cerrado nativo. A maior preservação das áreas que forem possíveis. E aí o plano que é adotado para este impacto é o plano de supressão vegetal. Da mesma forma, em questão da fauna, a gente tem que promover ações de afugentamento e resgate da fauna e a capacitação dos funcionários para os casos de acidentes ou encontros oportunos com a fauna silvestre. E na etapa do meio socioeconômico, a gente cita como exemplo a geração de empregos, que ele está em todas as fases de implantação e operação do parcelamento. E como medida de potencialização, porque este é um impacto positivo, nós temos que a preferência de contratação de moradores próximos da região. Então, ali na região de São Sebastião, Paranoá, Jardim Botânico e também de Cidade Ocidental, que é um município vizinho do estado de Goiás. E o plano adotado é o plano de controle ambiental de obras. Então, aqui na apresentação a gente trouxe alguns impactos para identificar, mas o relatório de impacto de vizinhança tem a descrição completa de todas essas, de todos esses itens aqui que a gente mencionou. Então, vamos à conclusão. O parcelamento de solo urbano, ele está em uma zona de expansão, em zona urbana de expansão e qualificação. Então, isso indica que ele está nenhuma área favorável e que este tipo de ocupação está previsto. Se trata de uma propriedade particular que está registrada na matrícula 174.824 do Segundo Cartório de Registro de Imóveis. Importante a gente ressaltar que 90% da área já se trata de uma área antropizada, então, o impacto ambiental ele vai ser consideravelmente menor. Não há restrições quanto a riscos geotécnicos de erosão ou de colapsos. Uso pretendido, atente ao previsto nas diretrizes urbanísticas e também à população local, a população futura. O projeto urbanístico, ele é composto por majoritariamente por áreas residenciais, equipamentos públicos institucionais e áreas verdes, sistema viário. O abastecimento de água será feito por sistema independente, por meio de poço tubular, até o atendimento pelo sistema produtor CAESB. O esgotamento sanitário será feito por fossas mais sumidouro, até interligação à rede coletora da CAESB. E a drenagem os projetos já têm anuência da NOVACAP e prevê rede coletor e reservatório de detenção, associados a dispositivos de infiltração. Os impactos previstos são típicos da atividade de parcelamento de solo e possuem metodologia de mitigação ou também compensação. Então, considerando a avaliação realizada neste estudo, a equipe técnica se posiciona pela viabilidade técnica para implantação deste empreendimento.

Senhora Natália Almeida

Bom, queria agradecer aqui é em nome do Brasília Ambiental a apresentação da Paranoá através Ayla que fez toda a explanação em relação ao RIVI. A conclusão que se chega no estudo, né, é favorável a implantação, a viabilidade ambiental do empreendimento, no entanto, ela é de fato atestado através da manifestação conclusiva e final do órgão ambiental. Então, pessoal, é encerrada aqui essa etapa de explanação técnica nós vamos fazer um breve intervalo, são 15 minutos, durante esse tempo nós vamos reunir eventuais contribuições que chegue, para retornarmos aqui depois desse prazo para fazermos aí os esclarecimentos a todo o público, enfim, todos os participantes, tá bom, então até logo a gente já volta. Obrigado.

(57:36)

Oi, pessoal, retornamos então aqui dos nossos 15 minutos de intervalo e durante esse tempo, enfim, durante toda a audiência, nós não recebemos dúvidas ou contribuições dos participantes através dos nossos canais no WhatsApp, no e-mail também acompanhamos o chat do YouTube para ver se alguém se ali se manifestaria. E aí nós vamos agora conversar com Eduardo, o Eduardo, ele está, ele da técnica, da transmissão, e ele tá lá no ponto de acesso na Igreja Presbiteriana, para a gente ver se está tendo algum participante que quer fazer alguma manifestação ou alguma contribuição, oi Eduardo.

Senhor Eduardo (58:20)

Olá, tudo bem?

Senhora Natália Almeida (58:21)

Tudo bom? Diga lá.

Senhor Eduardo (58:23)

Então, até o momento não apareceu ninguém. Não tem nenhum participante, não.

Senhora Natália Almeida (58:28)

Certo. Então tá bom, obrigada, tá?

Senhor Eduardo (58:33)

Tá, obrigado.

Senhora Natália Almeida

Então a gente, nesse caso, vai retornar aqui para nossa transmissão. Já, então assim, a gente está se encaminhando já para o fim da nossa audiência, lembrando que para aqueles que estão assistindo essa audiência em outro momento, hoje, né, no dia 13 de agosto, essa audiência, ela vai ficar aqui disponível assim, no nosso canal, mas a contribuição ela pode ser feita em até 10 dias, ou seja, até dia 23. Então, se você tiver assistindo numa data nesse intervalo, você pode encaminhar suas contribuições para o e-mail que está aqui na descrição do vídeo e nós tanto faremos a resposta, como também incluiremos a sua contribuição na ata detalhada que vai ser inserida no processo. Então, mais uma vez, lembrando que aqui ainda não é um fórum de decisão sobre a viabilidade desse empreendimento. Como eu disse anteriormente, também a viabilidade ela atestada e finalizada através da emissão de um parecer, conclusivo e final do Brasília Ambiental e vai depender, né, de toda a análise do RIVI, enfim, e todos os outros documentos, peço... além disso... Eduardo, você pode só... microfone, por favor. Isso, obrigada. Então, pessoal retornando aqui, é essa etapa aqui que nós estamos, que a licença prévia ela atesta a viabilidade do projeto e nós estamos, né, ainda construindo esse entendimento e a audiência pública é parte disso. Então, toda a contribuição que chega, ela é muito bem-vinda para formar o convencimento técnico das equipes para aprovação ou não desse projeto. Então, mais uma vez a gente quer agradecer a participação, a audiência de todos que sempre participam e contribuem e colocando sempre o Brasília Ambiental à disposição da comunidade, seja do Jardim Botânico ou mesmo de todo o DF que sempre tem o nosso trabalho no local e nessas audiências no local para poder se manifestar, trazer suas contribuições, contando com o poder público na construção de uma cidade mais sustentável. Então, mais uma vez, muito obrigado a todos e todas e uma boa noite, até a próxima. Tchou, tchau.